

CARTILHA DE LEIS
MUNICIPAIS

DEPUTADO ESTADUAL

CACÁ TEIXEIRA

45.637

QUEM É CACÁ TEIXEIRA

Carlos Teixeira Filho, mais conhecido como Cacá, tem sua atuação destacada na vida pública de Santos, **filiado ao PSDB desde o início de sua carreira política.**

Advogado formado pela Universidade Católica de Santos, Carlos é casado com Naila e pai de duas filhas, Mariana e Letícia.



É AUTOR DE QUASE 100 LEIS APROVADAS, reunidas nesta cartilha e organizadas por eixos temáticos para facilitar a consulta.

QUASE 100 LEIS APROVADAS!



Ao longo de seus mais de **30 anos de dedicação à vida pública**, ele desempenhou diversos papéis de destaque, incluindo **secretário, vice-prefeito, vereador** e, atualmente, é Líder do Governo na Câmara de Santos.

Sua atuação é orientada pelo **Tripé Social**, com foco nas áreas:

SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Além de outras áreas de relevância para a comunidade.

Sua trajetória também é marcada pela participação em entidades da sociedade civil de Santos e da Baixada Santista, **com destaque para:**

- Secretário Municipal de Assistência Social (2005 a 2012);
- Presidente do COEGEMAS/SP por dois mandatos e articulador da Região Sudeste do CONGEMAS;
- Vice-Prefeito de Santos (2009 a 2012);
- Secretário Municipal de Gestão (2017 a 2020);
- Vereador de Santos desde 2013, atualmente no quarto mandato;
- Presidente da Câmara Municipal de Santos no biênio 2023/2024;
- Presidente do Conselho Deliberativo e Ex-Presidente da Associação Casa da Criança de Santos;
- Vice-Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos;

Vice-Presidente da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos;

Ex-Presidente da Associação dos Advogados de Santos;

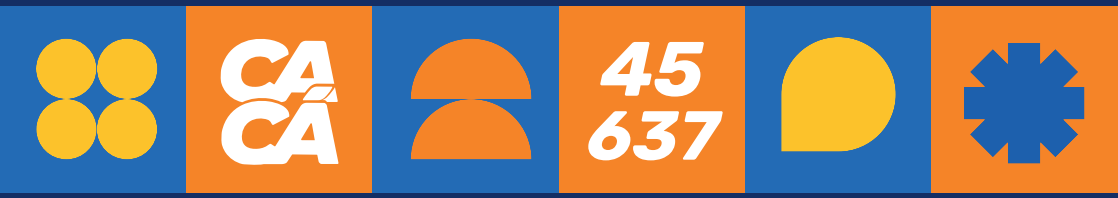
Fundador do Rotary Club de Santos-Porto;

Presidente de Honra da X-9 Pioneira;

Membro do Conselho Deliberativo do Santos Futebol Clube



FICHA LIMPA



Honestidade e Transparência nos Cargos Públicos

LEI Nº 3.249 DE 3 DE MARÇO DE 2016

A Lei da Ficha Limpa Municipal tem como objetivo **garantir que as pessoas que ocupam cargos públicos** em Santos sejam **honestas e não tenham problemas com a justiça**. Impedindo que quem foi condenado por crimes graves possa assumir cargos importantes na administração da cidade, seja no Executivo ou no Legislativo. Assim, a lei ajuda a **manter a moralidade e a transparência no governo**, evitando que pessoas envolvidas em corrupção ou outros crimes possam influenciar as decisões públicas.

ACESSIBILIDADE

CACÁ 45 637

Leitura para Todos: Inclusão nas Bibliotecas

LEI Nº 2.925, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013



Criada para garantir que as pessoas com deficiência visual tenham acesso às bibliotecas públicas municipais de Santos. Essa lei exige que as bibliotecas reservem espaços específicos, tecnologia adaptada, para que essas pessoas possam acessar livros, jornais, revistas e outros materiais de leitura, tanto para pesquisa quanto para empréstimo.

Fraldários Acessíveis na Orla de Santos

LEI COMPLEMENTAR Nº 893 DE 20 DE JULHO DE 2015

Tem o objetivo de assegurar que os postos de salvamento na orla marítima de Santos estejam equipados com fraldários adaptados para atender pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Acesso Igualitário: Documentos Bancários Adaptados

LEI COMPLEMENTAR Nº 928 DE 07 DE ABRIL DE 2016

Estabelecida para que todas as instituições financeiras em Santos sejam obrigadas a fornecer documentos como extratos, faturas, boletos e comprovantes em Braille ou em um formato acessível para pessoas com deficiência visual. Essa lei foi criada para garantir que pessoas com deficiência visual possam acessar informações financeiras de forma independente e segura, promovendo a inclusão e a igualdade no atendimento bancário.

Proteção aos Moradores em Ruas de Feiras Livres

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.278, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

A medida isenta moradores de ruas com feiras livres da responsabilidade por danos causados pelos feirantes nas calçadas em frente aos imóveis. Assim, evita que os proprietários arquem com prejuízos por uma atividade que não está sob seu controle.

Cordão Tulipa Vermelha: Identificação e Acolhimento

LEI Nº 4.644, DE 15 DE JULHO DE 2025

A medida autoriza o uso do Cordão Tulipa Vermelha e de um cartão de identificação para pessoas com Parkinson, facilitando o reconhecimento da condição e promovendo um atendimento mais acolhedor, respeitoso e adequado às suas necessidades.

Restauração de Guias para Acessibilidade

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.130 DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

Adicionada como uma nova regra ao Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade Urbanas em Santos. De acordo com essa lei, os proprietários de imóveis devem restaurar as guias das calçadas onde não há necessidade de rebaixamento para o acesso de veículos ou outras justificativas. Essa medida visa melhorar a mobilidade urbana, garantindo que as calçadas sejam mantidas de acordo com as normas de acessibilidade.

Senhas Sonoras para os Estabelecimentos

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.224 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023

A medida determina que estabelecimentos em Santos que utilizam senhas adotem aviso sonoro para auxiliar pessoas com deficiência visual. O chamado pode ser feito por equipamento de som ou por um funcionário, com a senha e o número anunciados. A iniciativa busca garantir mais acessibilidade, inclusão e igualdade no atendimento.

Formação para um Transporte Escolar Mais Inclusivo

LEI Nº 4.622, DE 30 DE ABRIL DE 2025

A medida torna obrigatória a capacitação de motoristas e auxiliares do transporte escolar para atender pessoas com deficiência, com orientações sobre acessibilidade, segurança, mobilidade e primeiros socorros. O objetivo é garantir um transporte mais preparado, seguro e acolhedor.

Semáforos Sonoros nas Ruas de Santos

LEI Nº 3.349 DE 06 DE MARÇO DE 2017

Essa lei permite que o Poder Público Municipal instale semáforos sonoros nas ruas de Santos. Esses semáforos têm o objetivo de ajudar pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida a atravessar as vias públicas com mais segurança.

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS

Semana do Voluntariado: Homenagem ao Trabalho Voluntário

LEI Nº 2.970, DE 14 DE MARÇO DE 2014

A lei institui a Semana do Voluntariado no calendário oficial de Santos, celebrada na primeira semana de dezembro. A iniciativa valoriza o trabalho voluntário e reforça a importância das ações solidárias para a comunidade.



Dia Oficial do Agente Marítimo em Santos

LEI Nº 2.905 DE 14 DE MAIO DE 2013

Essa lei estabelece o "Dia do Agente Marítimo" no calendário oficial do município de Santos. Essa data é comemorada anualmente no dia 23 de junho, reconhecendo a importância dos profissionais que atuam no setor marítimo e sua contribuição para o desenvolvimento do município.

Santos Celebra o Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia

LEI Nº 3.062 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

A lei institui o "Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Santista", celebrado em 26 de março. A data valoriza o papel da advocacia na defesa de direitos e reforça a importância de condições justas para o exercício da profissão.

Incentivo à Prática Esportiva: Jogos Esportivos Educacionais

LEI Nº 3.029 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

A lei institui os "Jogos Esportivos Educacionais de Santos" (JEES), realizados entre agosto e novembro. A iniciativa incentiva a prática esportiva, a integração e o desenvolvimento dos estudantes.

Santos Celebra o Dia do Trabalhador de Saúde

LEI Nº 2.991 DE 9 DE JUNHO DE 2014

Essa lei instituiu o "Dia do Trabalhador de Saúde" no calendário oficial do município de Santos. Comemorada anualmente em 12 de maio, tem o objetivo de reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais de saúde que dedicam suas vidas ao cuidado e ao bem-estar da comunidade.

Celebração de Nossa Senhora Aparecida: Uma Tradição Religiosa

LEI Nº 3.193 DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

A lei inclui a Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida no calendário oficial de Santos, celebrada em 12 de outubro. A iniciativa valoriza as tradições culturais e religiosas e fortalece a integração da comunidade.

Celebração do Dia Nacional e Municipal do Samba

LEI Nº 3.219 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

A lei cria a "Feira do Samba", realizada anualmente entre os dias 20 de novembro e 2 de dezembro, onde celebra o Dia Nacional e Municipal do Samba. O evento deve acontecer no Centro Cultural da Zona Noroeste, promovendo e valorizando a cultura do samba na cidade.

Agosto Laranja: Conscientização sobre Esclerose Múltipla

LEI Nº 3.972 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Essa lei tem o intuito de acrescentar à Lei nº 3.265, de 12 de maio de 2016, o "Mês Agosto Laranja" ao calendário oficial de Santos. Para que o mês de agosto seja dedicado à conscientização sobre a Esclerose Múltipla, ajudando a promover a educação e o apoio às pessoas afetadas pela condição.

Uso Consciente de Telas na Infância e na Adolescência

LEI Nº 4.609, DE 21 DE MARÇO DE 2025

Institui, na segunda semana de outubro, a semana de conscientização e prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por bebês, crianças e adolescentes. A iniciativa estimula educação digital, orientação às famílias e prevenção de prejuízos à saúde, ao sono, à atenção e à convivência.

Dia da Conscientização sobre a Dermatite Atópica

LEI Nº 4.774 DE 17 DE JULHO DE 2026

Inclui 23 de setembro no Calendário Oficial de Santos como Dia de Conscientização sobre a Dermatite Atópica. A data fortalece a divulgação de informações sobre causas, sintomas e tratamentos, além de contribuir para combater o preconceito relacionado a doenças de pele.

Celebrando o Dia Municipal do Sapateado

LEI Nº 4.520, DE 17 DE JULHO DE 2024

Esta lei modifica a Lei nº 3.265, de 12 de maio de 2016, acrescentando o "Dia Municipal do Sapateado" ao calendário oficial de Santos. O evento é comemorado anualmente no dia 25 de maio, promovendo a cultura e a arte do sapateado na cidade. Todas essas leis foram criadas para promover a integração social, valorizar a cultura e apoiar o desenvolvimento comunitário, garantindo que todas as celebrações e eventos importantes recebam o devido reconhecimento e apoio no município de Santos.

Mês da Tulipa Vermelha: Conscientização Sobre a Doença de Parkinson

LEI Nº 4.298 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

Esta lei adiciona o "Mês da Tulipa Vermelha" ao calendário oficial de Santos, na Lei nº 3.265, de 12 de maio de 2016. O mês será dedicado à conscientização sobre a Doença de Parkinson, com o objetivo de informar e apoiar a comunidade em relação a essa condição.

Dia do Diagnóstico e Prevenção do Glaucoma

LEI Nº 4.604, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Inclui 26 de maio no Calendário Oficial de Santos como Dia do Diagnóstico e Prevenção do Glaucoma. A data amplia a conscientização sobre uma doença que pode evoluir sem sintomas e comprometer a visão, incentivando a prevenção, os exames periódicos e o diagnóstico precoce.

Dia do Regente de Coral

LEI Nº 4.591, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Inclui 20 de dezembro no Calendário Oficial de Santos como Dia do Regente de Coral. A homenagem reconhece profissionais que promovem música, cultura, educação, convivência comunitária, inclusão social e bem-estar por meio da atividade coral.

Março Borgonha: Conscientização sobre o Mieloma Múltiplo

LEI Nº 4.668, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Inclui o Março Borgonha no Calendário Oficial de Santos para ampliar o conhecimento sobre o mieloma múltiplo. A mobilização reforça a importância da identificação dos sinais da doença, do diagnóstico precoce e do encaminhamento para atendimento especializado.

Junho Vermelho: Incentivo à Doação de Sangue

LEI Nº 3.933 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021

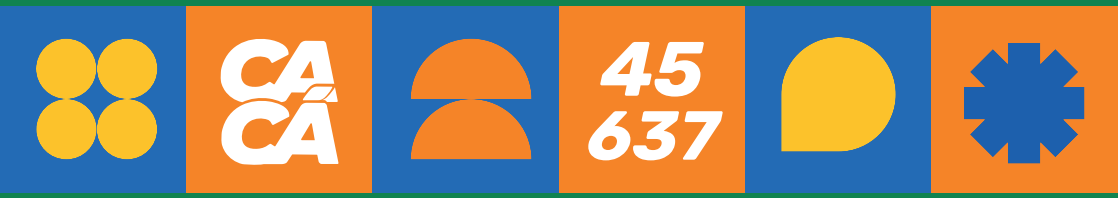
A partir dessa lei, foi realizada uma alteração na Lei nº 3.265, de 12 de maio de 2016, para incluir o "Mês Junho Vermelho" no calendário oficial de eventos de Santos. Este mês é dedicado à campanha de incentivo à doação de sangue, visando aumentar a conscientização e estimular a participação da população na doação.

Conscientização contra trotes

LEI Nº 4.449 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Estabelece a "Semana de Combate e Conscientização a Trotes" para o SAMU (192), Polícia Militar (190) e Corpo de Bombeiros (193). O objetivo é educar a população sobre a seriedade dos trotes e a importância de utilizar os serviços de emergência de forma adequada.

CARNAVAL



Tradição e Organização nos Ensaios de Carnaval

LEI COMPLEMENTAR Nº 955, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Altera o artigo 201 do Código de Posturas de Santos para incluir os ensaios das escolas de samba realizados nos 90 dias anteriores ao Carnaval entre as manifestações tradicionais admitidas em caráter excepcional. A norma fixa o limite das 24 horas e preserva as restrições aplicáveis a hospitais, casas de saúde e demais determinações da Prefeitura, conciliando a valorização do Carnaval com o respeito ao sossego e à organização urbana.

Desfiles de Carnaval São Oficiais no Sambódromo de Santos

LEI Nº 3.198 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

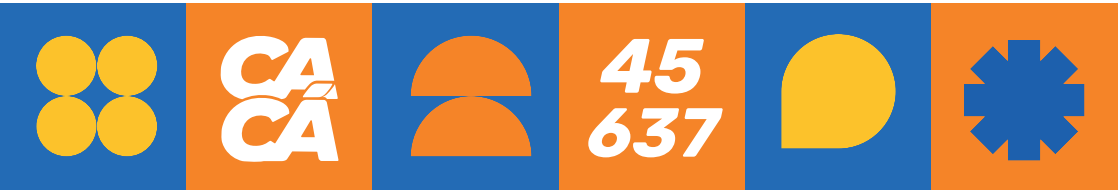
Esta lei altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 1.964, de 20 de setembro de 2001. Com a nova redação, o desfile das escolas de samba e das entidades carnavalescas passa a ser oficializado no Carnaval Santista, realizando-se na Passarela do Samba Drausio da Cruz (Sambódromo), localizada na Avenida Afonso Schmidt.

Essa alteração visa valorizar e consolidar o evento no local tradicionalmente designado para as festividades.



CACÁ 45 637 CACÁ

CIDADANIA



Transparência e Responsabilidade nos Conselhos Tutelares

LEI Nº 4.491 DE 24 DE MAIO DE 2024

Esta lei determina que a coordenação dos Conselhos Tutelares de Santos preste contas de suas atividades a cada seis meses, por meio de relatório enviado aos Poderes Legislativo e Executivo e ao CMDCA, além da realização de Audiência Pública. A medida amplia a transparência e permite o acompanhamento das ações voltadas à proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

CÓDIGO DE POSTURAS

CA CÁ 45 637

Novas Regras para Reparação de Danos em Vias Públicas

LEI COMPLEMENTAR Nº 885 DE 29 DE MAIO DE 2015

A lei reforça a responsabilização por danos ao patrimônio público em Santos. Quem causar prejuízos em vias ou equipamentos públicos deverá arcar com os custos de reparação, acrescidos de 20%, e poderá ficar impedido de prestar serviços à Prefeitura.



DIREITO DOS CONSUMIDORES

CACÁ 45 637

Maior Clareza nas Entregas de Veículos

LEI Nº 3.701 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

A lei determina que estacionamentos e serviços de manobra em Santos incluam a marca e a placa do veículo no comprovante de entrega. A medida amplia a transparência e reforça a proteção ao consumidor.



EDIFICAÇÕES

CA CÁ 45 637

Elevadores Para Todos

LEI COMPLEMENTAR Nº 925 DE 23 DE MARÇO DE 2016

A lei atualiza as regras para instalação de elevadores em Santos, reforçando critérios de segurança, acessibilidade e funcionamento. A medida define a quantidade mínima de elevadores conforme o número de pavimentos e exige adaptações para pessoas com deficiência, além de sistemas de emergência em casos de falta de energia.



DIREITOS HUMANOS

CACÁ 45 637

Reestruturação em Prol da Igualdade Racial

LEI Nº 4.198 DE 16 DE MAIO DE 2023

Essa lei altera o nome do órgão para Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e de Promoção da Igualdade Racial. Vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, o Conselho atua na promoção da participação e do desenvolvimento da comunidade negra e no incentivo à igualdade racial em Santos.

Cultivando o Respeito Religioso em Santos

LEI Nº 4.230 DE 14 DE JULHO DE 2023

Institui o "Fórum Inter-religioso Municipal para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença" no município de Santos. Este fórum tem como objetivo promover o diálogo e a convivência pacífica entre diferentes religiões, valorizando o respeito mútuo e a liberdade de crença entre os cidadãos.

Procissão de Iemanjá: Patrimônio Cultural Imaterial de Santos

LEI Nº 4.551, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024

Declara a Procissão de Iemanjá um patrimônio cultural imaterial de Santos, reconhecendo sua importância histórica, religiosa, cultural e social, valorizando a diversidade e preservando essa referência da identidade santista para as futuras gerações.

EDUCAÇÃO

CACÁ 45 637

Combate ao Abuso Infantil

LEI Nº 2.981, DE 11 DE ABRIL DE 2014

Estabelece em Santos a Campanha Permanente de Orientação, Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A iniciativa busca conscientizar a população, prevenir esses crimes e incentivar denúncias. Intensificada em outubro, durante a Semana da Criança, contará com palestras de psicólogos, pedagogos e representantes dos Conselhos Tutelar e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, voltadas a educadores, familiares e alunos da rede municipal, com orientações para identificar, prevenir e denunciar situações de abuso e exploração sexual.

Leite sem Lactose na Rede Municipal de Ensino

LEI Nº 4.725, DE 5 DE MARÇO DE 2026

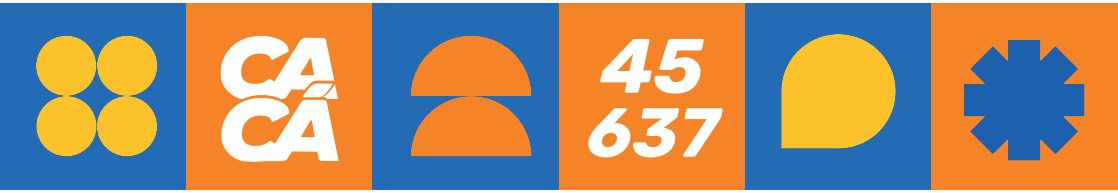
Autoriza o fornecimento contínuo e gratuito de leite sem lactose aos estudantes da rede municipal que comprovem intolerância. A medida promove alimentação escolar inclusiva, protege a saúde dos alunos e assegura atendimento adequado às necessidades alimentares específicas.

Ambiente Escolar Livre de Fumaça

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.207 DE 23 DE MAIO DE 2023

Amplia a proibição do uso de produtos fumígenos em instituições de ensino públicas, privadas e estabelecimentos similares de Santos. Além dos cigarros tradicionais, passa a incluir cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés, cigarros eletrônicos e outros dispositivos utilizados como substitutos para fumar, reforçando a proteção à saúde e a promoção de ambientes mais saudáveis para a comunidade escolar.

FINANÇAS



Santos Garante Prazo Justo para Contestação de Tributos

LEI COMPLEMENTAR Nº 858 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

A partir dessa lei foi acrescentado um parágrafo ao artigo 182 da Lei Complementar nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, que trata do direito dos contribuintes em contestar lançamentos de tributos ou autos de infração lavrados pela legislação municipal de Santos. Essa alteração tem como objetivo garantir um prazo justo e acessível para que os contribuintes possam exercer seu direito de defesa. Com a nova redação, o parágrafo 4º especifica que o prazo para a impugnação, mencionado no caput do artigo, ficará suspenso no período de 20 de dezembro a 18 de janeiro do ano seguinte. Essa suspensão leva em conta o recesso de final de ano, proporcionando mais tempo para que os contribuintes organizem seus recursos e respondam de forma adequada, sem serem prejudicados pelo fechamento ou redução de funcionamento de serviços públicos nesse período.

ESPORTES

CACÁ 45 637

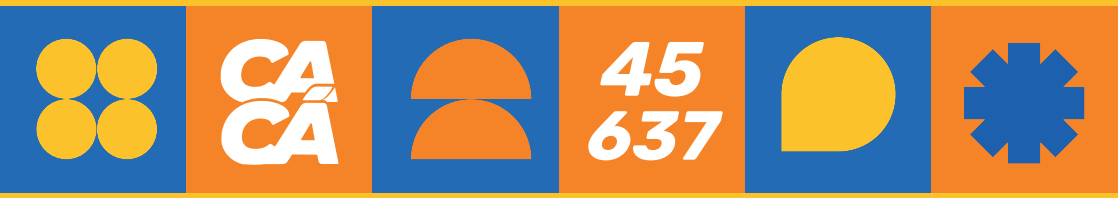
Exame Médico Obrigatório nas Piscinas

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.251 DE 08 DE MARÇO DE 2024

Essa lei altera o Código de Posturas de Santos para reforçar a segurança e a saúde em piscinas de uso público e coletivo restrito. A mudança torna obrigatório o exame médico prévio e semestral dos usuários, garantindo que estejam aptos para atividades aquáticas e ajudando a prevenir problemas de saúde.



MEIO AMBIENTE



Replantio de Árvores: Transparência e Compensação Ambiental

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.178 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Essa lei determina que toda derrubada, supressão ou sacrifício de árvores em áreas públicas ou privadas deve ter compensação ambiental. Além disso, o local do replantio deverá ser divulgado no Diário Oficial de Santos, garantindo mais transparência. A medida busca assegurar um manejo responsável e sustentável da vegetação e contribuir para a preservação ambiental da cidade.

HOMENAGEM

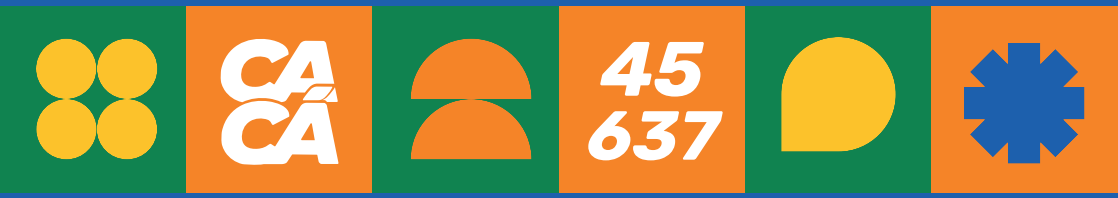
CACÁ 45 637

Rua Odair Pimentel: reconhecimento e memória.

LEI Nº 4.455 DE 12 DE MARÇO DE 2024

Essa lei determina a mudança de nome da Rua Juquiá, localizada no bairro Macuco, na cidade de Santos. A partir dessa data, a rua passa a se chamar Rua Odair Pimentel. Essa alteração foi realizada para homenagear uma personalidade significativa, fortalecendo o reconhecimento e a memória da comunidade local. A lei teve como intuito promover o reconhecimento de pessoas que contribuíram para a história da cidade, fortalecendo os laços da comunidade e valorizando o patrimônio cultural e histórico de Santos.

MULHER



Combate ao Crime de Perseguição

LEI Nº 3.968 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Tem como objetivo acrescentar uma nova data ao Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do município de Santos. Com essa lei, foi instituída a "Semana de Prevenção e Combate ao Crime de Perseguição". O objetivo é conscientizar a população sobre a importância de combater esse tipo de crime, promovendo ações de prevenção e apoio às vítimas. Essa iniciativa busca fortalecer a segurança e o bem-estar da comunidade, incentivando a criação de um ambiente mais seguro para todos. A Lei foi criada para assegurar que as vítimas de crimes de perseguição recebam o apoio e a atenção necessários enquanto se busca uma solução mais eficaz, promovendo assim um ambiente mais seguro e acolhedor para todos.

Eu Me Defendo: Defesa Pessoal para Mulheres

LEI Nº 4.698, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o Programa Municipal de Defesa Pessoal para Mulheres - Eu Me Defendo. A iniciativa prevê aulas práticas e articulação com as políticas públicas de proteção, fortalecendo autonomia, prevenção, orientação e capacidade de reação diante de situações de violência.

Aleitamento Materno em Creches e Escolas

LEI Nº 4.363 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

Essa lei estabelece diretrizes para garantir o aleitamento materno nas instituições de ensino infantil de Santos. A medida assegura às mães um ambiente seguro e adequado para amamentar, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças, além de fortalecer as políticas de saúde infantil e tornar creches e escolas mais acolhedoras e inclusivas.

CACÁ 45637

Fortalecimento do Disque 180: Proteção e Apoio às Mulheres

LEI COMPLEMENTAR N° 1.213 DE 31 DE AGOSTO DE 2023

Essa lei amplia a divulgação de um canal de proteção às mulheres, facilitando o acesso às ferramentas de denúncia e combate à violência. A medida fortalece a rede de apoio e proteção, contribuindo para um ambiente mais seguro e acolhedor e para o enfrentamento da violência de gênero.



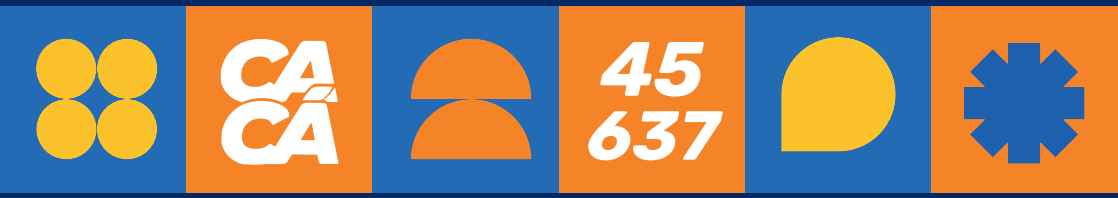
Mães em Concursos: Direito à Amamentação Assegurado

LEI Nº 4.460 DE 27 DE MARÇO DE 2024

Visa estabelecer o direito das mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta ou indireta do município de Santos. Essa lei garante que as mães que participam de concursos públicos possam exercer o direito de amamentação, promovendo a igualdade de oportunidades e respeitando o vínculo materno durante esses processos. Objetivo principal de assegurar que as mães tenham o direito de amamentar durante a realização de concursos públicos, garantindo condições equitativas e respeitosas para todas as participantes, promovendo assim um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos.



NEGÓCIOS



Visibilidade de Cardápios e Preços em Restaurantes

LEI COMPLEMENTAR Nº 833 DE 10 DE ABRIL DE 2014

Estabelece que é obrigatória a exposição de cardápios e placas de preços na entrada de restaurantes. Segundo essa lei, os cardápios devem incluir informações detalhadas, como o nome dos pratos, a relação de bebidas, os preços cobrados, a forma de pagamento e a eventual taxa de serviço de garçom. O objetivo é garantir maior transparência para os consumidores, permitindo que tomem decisões informadas sobre seus gastos antes de entrar no estabelecimento. Uma forma de assegurar que os consumidores tenham acesso claro e antecipado às informações sobre preços e opções disponíveis, promovendo assim uma experiência de consumo mais transparente e justa para todos.

Higiene nos Estabelecimentos: Talheres Embalados e Cardápios Plastificados para Maior Segurança

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.112 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Essa lei altera o Código de Posturas de Santos e determina que estabelecimentos comerciais forneçam talheres embalados individualmente em papel e cardápios plastificados. A medida busca garantir melhores condições de higiene, segurança e proteção aos clientes.

Combate a Fraudes na Venda de Combustíveis

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.128, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Reforça as regras contra fraudes na comercialização de combustíveis em Santos, incluindo produtos fora das especificações de qualidade e sistemas de abastecimento fraudulentos. Em caso de cassação da licença, proprietários ou sócios ficam impedidos de atuar no mesmo ramo por cinco anos. As irregularidades devem ser comprovadas por laudos de instituições competentes, fortalecendo a proteção ao consumidor e a segurança no setor.

CA CÁ 45 637

Novos Padrões de Higiene e Segurança para Estacionamentos

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.114 DE 18 DE MARÇO DE 2021

Essa Lei Complementar atualiza o Código de Posturas de Santos e estabelece regras para estacionamentos, postos de combustíveis e serviços de lavagem e manutenção de veículos. Determina que essas atividades ocorram em áreas adequadas, com instalações em bom funcionamento e medidas para evitar acúmulo de água, resíduos e escoamento para vias públicas, garantindo mais higiene, segurança e proteção ambiental.



PESSOA IDOSA

CACÁ 45 637

Incentivo a Atividades Físicas para Idosos em Praças de Santos

LEI Nº 3.168 DE 15 DE JULHO DE 2015

O Programa de Orientação ao Idoso orienta a prática segura de exercícios nos aparelhos de ginástica de praças públicas. O objetivo da lei é melhorar a qualidade de vida da terceira idade unindo atividade física adequada, conscientização sobre saúde e integração sociocultural.



Apadrinhamento Afetivo para Idosos Garante Convívio e Acolhimento

LEI Nº 4.008 DE 08 DE ABRIL DE 2022

A lei cria o Programa de Apadrinhamento Afetivo de Idosos, conectando voluntários a idosos que vivem em instituições de longa permanência. O objetivo é combater o abandono e garantir apoio emocional por meio do convívio social (especialmente em finais de semana e feriados), incentivando vivências fora das instituições para proporcionar afeto, saúde e dignidade.



SAÚDE

CACÁ 45 637

Prevenção de DSTs: Novo Programa de Saúde nas Escolas Municipais

LEI Nº 3.305, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Visa autorizar a criação do Programa Saúde e Educação de Mãos Dadas Contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) na rede municipal de ensino. Este programa tem como objetivo promover a conscientização e a educação sobre prevenção e tratamento de DSTs entre os alunos, por meio de atividades educativas e informativas. Proporcionar o fortalecimento da prevenção e o combate às DSTs, garantindo que os jovens recebam informações adequadas e precisas sobre a importância da saúde sexual, contribuindo para a formação de uma geração
mais informada e responsável.

Transparência nos Plantões Médicos

LEI Nº 3.021 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Essa lei torna obrigatória a divulgação, por meio de placas nas unidades de saúde de Santos, das informações sobre médicos de plantão e horários de atendimento. A medida busca garantir mais transparência, fácil acesso à informação e melhor organização dos atendimentos para pacientes e familiares.

Receitas Médicas Digitadas: Padronização nas Prescrições

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.180 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Essa lei determina que as prescrições médicas sejam feitas por meio de receitas digitadas nos estabelecimentos de saúde. A medida busca garantir mais clareza, segurança e precisão, reduzindo erros de leitura e facilitando o controle das prescrições.

Notificação Obrigatória de Uso de Álcool e Drogas por Menores em Hospitais

LEI COMPLEMENTAR Nº 948 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Essa lei obriga hospitais públicos, privados e instituições semelhantes a notificarem casos de uso de álcool ou outras drogas por crianças e adolescentes. A medida busca garantir o registro, acompanhamento e proteção dos menores, além de facilitar ações de prevenção e cuidado.

Flexibilização para Receitas Manuscritas em Situações Especiais

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.198 DE 13 DE ABRIL DE 2023

Essa lei permite que, em casos excepcionais, receitas médicas sejam feitas manualmente quando houver falta de equipamento ou falha técnica. Nesses casos, a prescrição deve ser legível, escrita à tinta, por extenso e em letra de forma, garantindo a continuidade e a segurança do atendimento.

Conscientização sobre o Autismo Tardio

LEI Nº 4.635, DE 2 DE JUNHO DE 2025

Institui campanha municipal de conscientização sobre o autismo diagnosticado tardiamente. A iniciativa amplia a informação sobre sinais, diagnóstico e formas de apoio, contribui para reduzir preconceitos e favorece o acesso de adolescentes e adultos ao cuidado e à inclusão.

Espaço de Escuta e Acolhimento com Programa de Terapia

LEI Nº 4.300 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Essa lei institui o Programa de Terapia Comunitária Integrativa (TCI), criando espaços de acolhimento e partilha de sofrimentos, preocupações, desafios, alegrias e histórias de superação. As rodas de terapia promovem escuta, apoio e troca de experiências sobre questões como ansiedade, estresse, insônia e tristeza profunda. O objetivo é fortalecer a saúde mental e o bem-estar da comunidade, oferecendo apoio, solidariedade e estratégias para enfrentar dificuldades emocionais.

Cuidado Integral: Diretrizes para a Saúde e Inclusão de Pessoas com Vitiligo

LEI Nº 4.219 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Estabelece diretrizes para a criação da Política Municipal de Atenção à Saúde das Pessoas com Vitiligo, com foco na promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e da inclusão. A política prevê ações de diagnóstico adequado, tratamento, suporte psicológico e conscientização da comunidade sobre o vitiligo, garantindo um cuidado integral e inclusivo às pessoas afetadas pela condição.

Farmácia Resgate: Solidariedade e Acesso à Saúde

LEI Nº 4.549, DE 2 DE OUTUBRO DE 2024

Institui o Programa Farmácia Resgate para captar doações e promover a distribuição gratuita de medicamentos, produtos e equipamentos de uso médico à população de baixa renda e às pessoas idosas cadastradas nas Unidades de Saúde da Família. A iniciativa amplia o acesso ao cuidado e reduz desperdícios, com controle técnico sobre os itens recebidos.

Cuidado com a Saúde dos Pés e Membros Inferiores

LEI Nº 4.620, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Institui programa municipal de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e lesões nos pés e membros inferiores, com atenção especial às pessoas com diabetes. A medida amplia o cuidado ambulatorial, incentiva o autocuidado e busca evitar infecções, complicações e incapacidades.

Conscientização sobre a Síndrome de Bell

LEI Nº 4.626, DE 16 DE MAIO DE 2025

Institui campanha municipal para informar a população sobre causas, características e formas de tratamento da Síndrome de Bell. A iniciativa favorece o reconhecimento dos sinais, a procura por avaliação profissional e o apoio familiar e comunitário às pessoas afetadas.



Vacina na Escola: Facilitando o Acesso à Imunização Infantil

LEI Nº 4.329 DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

Estabelece o Programa "Vacina na Escola" para alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das escolas municipais no município de Santos. Este programa visa facilitar o acesso das crianças às vacinas necessárias, garantindo que recebam a imunização adequada de forma prática e conveniente dentro do ambiente escolar. O Programa "Vacina na Escola" foi criado para assegurar que todos os alunos sejam vacinados de maneira eficiente e acessível, contribuindo para a proteção da saúde das crianças e a prevenção de doenças dentro da comunidade escolar.



Postos Móveis de Vacinação

LEI Nº 4.671, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Permite a instalação de postos móveis de vacinação em áreas públicas e privadas. A medida aproxima a imunização da população, amplia horários e locais de acesso e contribui para elevar a cobertura vacinal e prevenir doenças.

Programa Municipal de Suporte aos Familiares de Pessoas com Alzheimer

LEI Nº 4.471 DE 30 DE ABRIL DE 2024

Institui o Programa de Orientação, Apoio e Atendimento aos Familiares e Cuidadores de Pessoas com Alzheimer no Município de Santos. Proporcionando uma rede de suporte abrangente para aqueles que cuidam de pessoas com Alzheimer, oferecendo recursos e assistência especializados.



Dignidade e Conforto: Política Municipal para Cuidados Paliativos

LEI Nº 4.465 DE 11 DE ABRIL DE 2024

A lei institui a Política Municipal de Cuidados Paliativos para pacientes com doenças incuráveis, visando garantir conforto, dignidade e qualidade de vida. Através de um atendimento integrado, o foco é aliviar o sofrimento físico, psíquico e espiritual do doente, além de assegurar amparo contínuo aos familiares, estendendo esse suporte inclusive ao período de luto.

Prevenção e Apoio: Política Municipal para a Saúde Mental

LEI Nº 4.441 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

A lei institui a Política Municipal de Prevenção da Automutilação, do Suicídio e Demais Doenças Psicológicas com o objetivo de criar um sistema eficaz de suporte à saúde mental da comunidade. Por meio de uma abordagem proativa e diretrizes de apoio especializado, a iniciativa busca oferecer recursos práticos para prevenir crises, tratar transtornos e reduzir o sofrimento, garantindo assim a proteção da vida e um ambiente mais seguro e acolhedor para toda a população.

Diagnóstico e Tratamento da Dermatite Atópica

LEI Nº 4.685, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025

Institui política municipal voltada ao diagnóstico precoce e ao tratamento da dermatite atópica. A norma prevê apoio da atenção básica, consulta especializada e início do cuidado em prazos definidos, com foco na redução de complicações e na melhoria da qualidade de vida.

Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Linfedema

LEI Nº 4.690, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza a criação de programa municipal para conscientização, prevenção, diagnóstico e tratamento integral do linfedema. A iniciativa busca ampliar informação, atendimento especializado, fisioterapia e demais cuidados previstos nos protocolos de saúde.



Prevenção e Diagnóstico Precoce da Celulite Ocular

LEI Nº 4.743, DE 23 DE ABRIL DE 2026

Institui ação coordenada de advertência, orientação, diagnóstico precoce e tratamento da celulite ocular. A medida ajuda a população a reconhecer sinais de alerta e buscar atendimento médico com rapidez, reduzindo risco de complicações e de comprometimento da visão.

Conscientização sobre os Malefícios do Cigarro Eletrônico

LEI Nº 4.728, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Institui campanha municipal permanente de orientação sobre os riscos do cigarro eletrônico. A iniciativa combate a falsa percepção de segurança desses dispositivos e amplia a prevenção de danos respiratórios e cardiovasculares, sobretudo entre adolescentes e jovens.



Tecnologia no Combate à Dengue

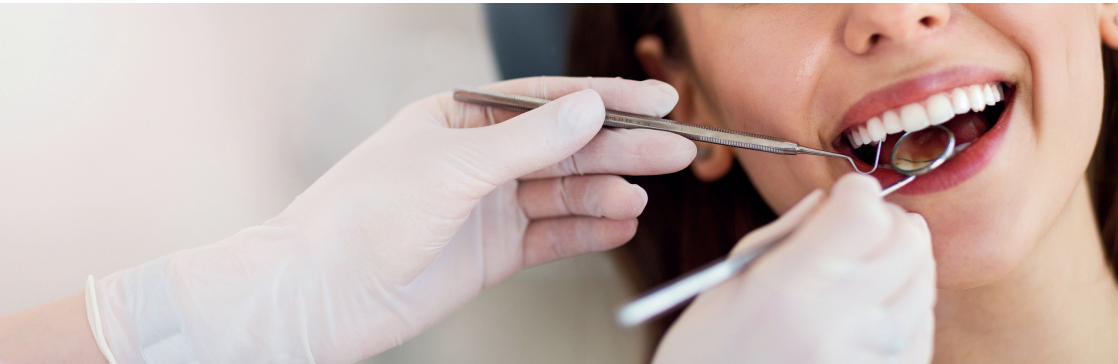
LEI Nº 4.722, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

Autoriza o uso de drones nas ações de combate à dengue e a outras arboviroses. A tecnologia pode auxiliar a identificação de possíveis criadouros em locais de difícil acesso, apoiando as equipes de controle de vetores e tornando a prevenção mais ágil e eficiente.

Política Municipal de Saúde Bucal

LEI Nº 4.528, DE 30 DE AGOSTO DE 2024

Institui a Política Municipal de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde em Santos. A norma integra ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica às redes de atenção à saúde, fortalecendo o cuidado integral e a prestação pública de contas sobre as medidas desenvolvidas.



SEGURANÇA

Segurança em Transações: Restrição ao Uso de Celulares em Bancos

LEI COMPLEMENTAR Nº 901 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Tem como objetivo estabelecer a restrição do uso de telefones móveis no interior das agências e postos bancários localizados no município. Esta medida visa garantir a segurança e o bom funcionamento dos serviços bancários, minimizando distrações e riscos associados ao uso de dispositivos móveis durante transações e atendimentos.



Identificação de Cabeamento na Cidade

LEI Nº 3.205 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Essa lei torna obrigatória a identificação de todo o cabeamento instalado em Santos, incluindo redes elétricas, telefônicas, TV a cabo e similares. A exigência vale para concessionárias, empresas estatais e prestadoras de serviço, além de novos projetos, que já devem prever a identificação desde a instalação. O objetivo é garantir mais segurança, organização e eficiência nos serviços públicos e comerciais.

Segurança Atualizada em Agências Bancárias e PABs

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.277, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

Atualiza as exigências de segurança de agências bancárias e postos de atendimento bancário diante de novas tecnologias. A norma admite soluções como inutilização de cédulas, monitoramento contínuo e sistemas de alarme capazes de acionar a polícia, preservando a proteção de clientes, trabalhadores e patrimônio.

Proteção em Acidentes com Fiação Elétrica

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 30 DE JUNHO DE 2026

Exige medidas de proteção coletiva pela concessionária de energia em acidentes elétricos ocorridos em espaços públicos. A norma reforça a sinalização e o isolamento de áreas de risco, bem como o alinhamento e a retirada de fios sem uso, para prevenir choques e proteger pedestres e moradores.



VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CA CÁ 45 637

Água Segura: Limpeza de Reservatórios em Estabelecimentos

LEI COMPLEMENTAR Nº 936, DE 31 DE MAIO DE 2016

Estabelece regras para a limpeza e a manutenção dos reservatórios de água em estabelecimentos do Município de Santos. A medida busca preservar a qualidade da água consumida, prevenir riscos à saúde e assegurar que os procedimentos sejam realizados de forma adequada e periódica.



TRABALHO

CACÁ 45637

Abril Verde: Sensibilização e Segurança no Ambiente de Trabalho

LEI Nº 3.144 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Institui a campanha de prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, denominada "Abril Verde", no Município de Santos. Comemorada anualmente durante o mês de abril, esta campanha tem como objetivo sensibilizar a população sobre a importância da prevenção de acidentes e doenças no ambiente de trabalho, promovendo práticas mais seguras e saudáveis.

Cota de Aprendizagem em Contratos Públicos

LEI Nº 3.882 DE 1º DE SETEMBRO DE 2021

Com foco na transparência no cumprimento da cota de aprendizagem nas contratações de obras e serviços da administração pública. Esta lei visa garantir que as empresas envolvidas em contratos públicos cumpram com a cota obrigatória de contratação de aprendizes, promovendo oportunidades de emprego e formação para jovens.

Segurança para Ciclistas nas Entregas

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.099 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A lei determina que empresas que prestam serviços de entrega realizados por ciclistas devem fornecer equipamentos de proteção. Medidas que visam aumentar cada vez mais a segurança dos ciclistas durante suas atividades de entrega reduzindo então o risco de acidentes e promovendo um ambiente de trabalho mais seguro.

Selo de Excelência em Contratação

LEI Nº 4.424 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui o selo "Empresa Amiga do Jovem e do Adolescente Aprendiz". Este selo é concedido às empresas que se destacam na contratação e valorização de jovens e adolescentes aprendizes. Toda a iniciativa visa reconhecer e incentivar práticas empresariais que promovem a inclusão e o desenvolvimento de jovens no ambiente de trabalho, contribuindo para a formação de futuros profissionais e para o crescimento da comunidade.



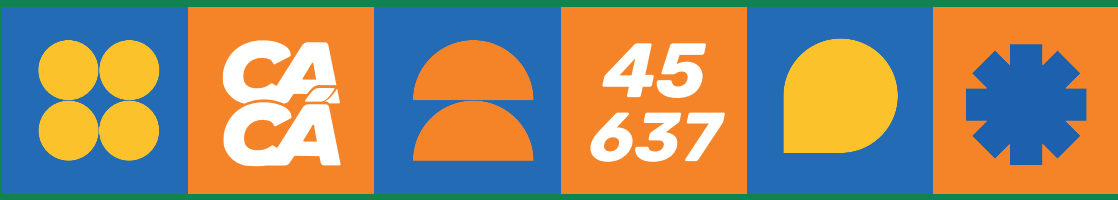
Conectando Jovens ao Mercado de Trabalho

LEI Nº 4.113 DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O Programa Estágio Cidadão no Município de Santos, tem como objetivo criar e promover oportunidades de estágio para estudantes, visando integrar o aprendizado acadêmico com a experiência prática no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos jovens.



UTILIDADE PÚBLICA



NACAC Recebe Declaração de Utilidade Pública para Apoio a Pacientes com Câncer

LEI Nº 3.111 DE 11 DE MARÇO DE 2015

Essa lei declara de utilidade pública o Núcleo de Amparo a Crianças e Adultos com Câncer (NACAC). A instituição atende pessoas em tratamento contra o câncer que não possuem condições financeiras, oferecendo suporte para melhorar a qualidade de vida e o equilíbrio psicossocial dos pacientes. O NACAC também presta apoio aos cuidadores e familiares, ajudando a suprir necessidades durante o período de tratamento.

Flores de Maria Ganha Reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública

LEI Nº 3.823 DE 05 DE MARÇO DE 2021

Essa lei declara de utilidade pública a Associação "Flores de Maria", instituição sem fins lucrativos que oferece atendimento gratuito e sem limite de idade. A entidade atua no tratamento de sequelas físicas e neurológicas e oferece apoio social, afetivo e psicológico aos assistidos, familiares e cuidadores, com equipe multiprofissional e apoio de doações, parcerias e eventos beneficentes.

CEUNSC: Centro Espírita de Umbanda Recebe Status de Utilidade Pública

LEI Nº 3.993 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara de utilidade pública o Centro Espírita de Umbanda "Nossa Senhora da Conceição" (CEUNSC). O qual promove atividades religiosas e ações sociais.

Declaração de Utilidade Pública: Associação Cultural dos Afrodescendentes

LEI Nº 4.502 DE 13 DE JUNHO DE 2024

Essa lei declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Afro-descendentes da Baixada Santista (AFROSAN), referência em projetos de educação e inclusão na região. Em 21 anos, a instituição já atendeu mais de 6 mil alunos, alcançando cerca de 70% de aprovação em universidades públicas ou bolsas integrais e parciais em instituições privadas.

Contemporânea - Projetos Culturais: Reconhecimento de Utilidade Pública

LEI Nº 3.058, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública a organização Contemporânea Projetos Culturais. O reconhecimento valoriza a atuação social e cultural da entidade e favorece a cooperação com o poder público no desenvolvimento de atividades de interesse coletivo.

Novo Reconhecimento de Utilidade Pública para Apoio a Pessoas com Parkinson

LEI Nº 4.190 DE 26 DE ABRIL DE 2023

Declara de utilidade pública o "Grupo Lótus - Associação Parkinson da Baixada Santista". O objetivo desta associação é promover a inclusão e a interação social de pessoas com a Doença de Parkinson na Baixada Santista. O Grupo Lótus busca incentivar e promover atividades que quebrem o isolamento, por meio de cuidados e convivência, muitas vezes em parceria com universidades, ajudando a focar nas possibilidades de vida além da doença.



Aplauso Contemporâneo: Nova Entidade de Utilidade Pública em Santos

LEI Nº 4.375 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Essa lei declara de utilidade pública a Associação Aplauso Contemporâneo, organização sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário. A entidade promove atividades recreativas, educacionais, culturais e integrativas nas áreas de artes, dança, música, saúde e educação, com atendimento aberto a todos, sem distinção de classe social, nacionalidade, gênero, raça ou religião

Casa Ricardo: Acolhimento a Pacientes em Tratamento Oncológico

LEI Nº 4.754, DE 21 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública a Casa Ricardo de Acolhimento Transitório. A entidade oferece hospedagem, alimentação e apoio gratuito a pessoas de outras cidades que realizam tratamento oncológico em hospitais públicos de Santos, contribuindo para um cuidado mais digno e humanizado.

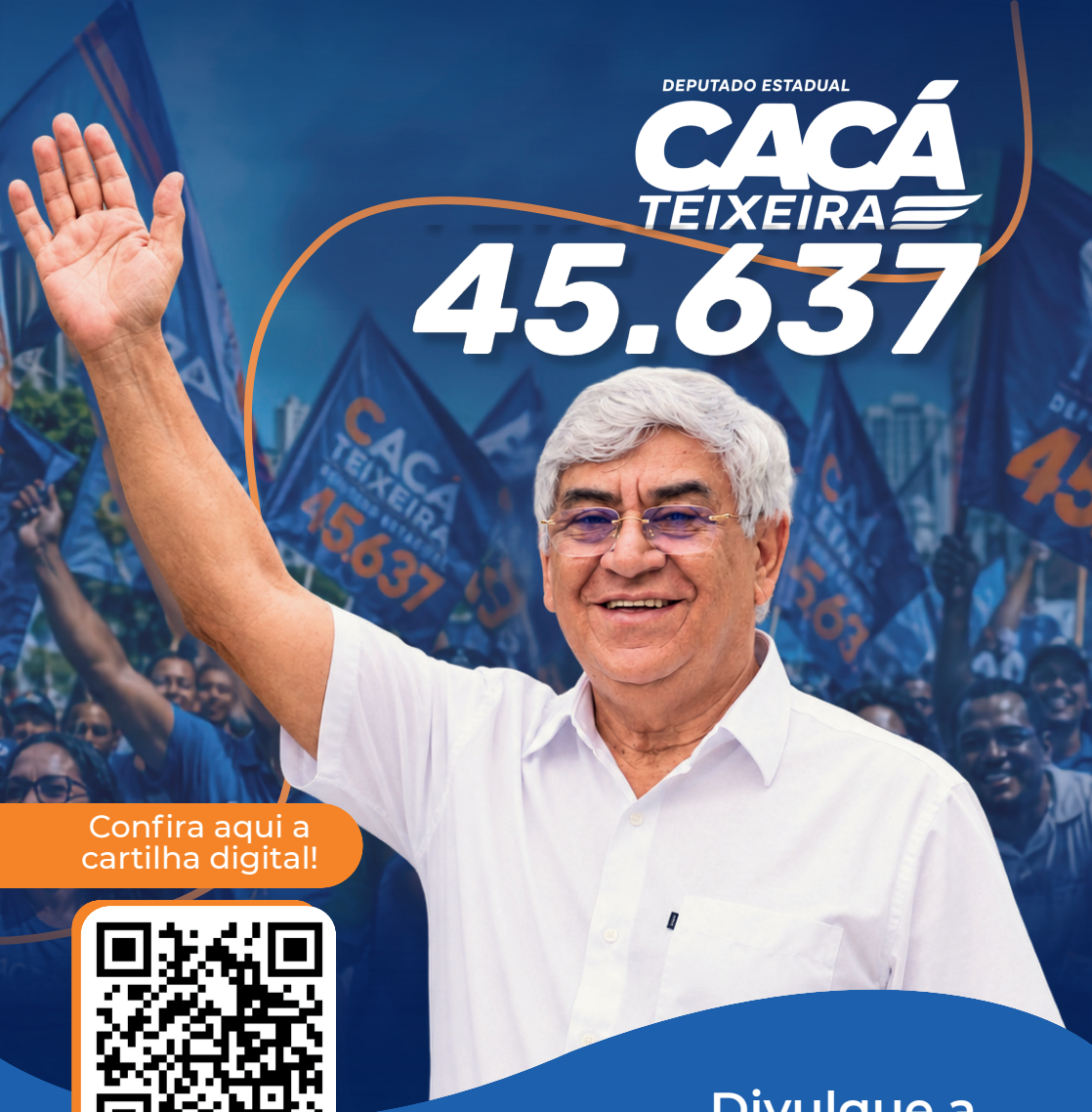
Fraternidade Aliança Toca de Assis: Reconhecimento de Utilidade Pública

LEI Nº 2.918, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Declara de utilidade pública a Fraternidade Aliança Toca de Assis, organização dedicada ao acolhimento e à assistência de pessoas em situação de rua.

O reconhecimento valoriza o trabalho social desenvolvido pela entidade e amplia suas possibilidades de cooperação em benefício da população mais vulnerável.





Confira aqui a cartilha digital!

Divulgue a

CARTILHA DE LEIS MUNICIPAIS APROVADAS

entre seus amigos e familiares!

SIGA NAS REDES SOCIAIS:
@CACATEIXEIRA45